

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, ocorridas entre os anos de 2003 e 2015, relacionadas à concessão de empréstimos suspeitos e prejudiciais ao interesse público.

investigado se agiram de acordo com a lei ao negarem a acesso aos contratos, alegando a existência de sigilo.

Segundo o Ministério Público junto ao TCU, houve irregularidades, por exemplo, nos juros cobrados em financiamentos feitos com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). As taxas aplicadas, informa a representação, estão abaixo da inflação e não preservam o valor dos recursos emprestados, contrariando a Constituição.

Outro ponto questionado, segundo a reportagem, é que os serviços financiados podem ter sido classificados indevidamente como exportações de serviços, de forma a permitir os empréstimos. Além disso, entende que faltam critérios ao BNDES para a concessão dos financiamentos.

A representação alega também que 11 países sem grau de investimento receberam empréstimos, o que expõe os cofres públicos a elevado risco de crédito.

Em vista do exposto, solicito o apoio dos ilustres pares na aprovação deste requerimento.

Sala das Reuniões, em de agosto de 2015.

Arnaldo Jordy
PPS/PA